

# MUITO PRAZER, SOU A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SEU NOVO OBJETO DE ESTUDO SOCIOLÓGICO

*Philippe Pomier Layrargues*

Doutorando em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP

## **Abstract**

This study presents a reflexive introduction in the relation between environmental education and sociology. In the first step, it brings up a preliminary research about the environmental education as a scientific investigation area of sociology, specifically for the environmental sociology. Thus, it shows evidences about how the environmental sociology, either in north-america or in Brazil, doesn't assume the environmental education as an object for sociology studies, which happens since its foundation, as a science during the seventies, until recently, at the nineties. Therefore, it is not an issue for us to discuss the causes of that fact - a long period of absence of the environmental education in sociological studies, instead, we want to present two arguments to justify the importance for the environmental sociology to assume such a task. Thus, we try to bring as an evidence that it is possible and desirable for environmental education be definitely considered as an important object for scientific study of the environmental sociology. That's the only way it can be possible to overcome the naive aspect that the environmental education has acquired, in order to bring up not just only environmental change, but as well as social one.

## **Resumo**

Esse estudo apresenta uma reflexão introdutória a respeito da relação entre educação ambiental e sociologia. Empreende inicialmente um levantamento preliminar sobre a consideração da educação ambiental como uma área de investigação científica da sociologia, especificamente da sociologia ambiental. Nesse sentido, apresenta evidências que permitem diagnosticar que a sociologia ambiental, tanto na vertente norte-americana como na brasileira, não tem assumido a educação ambiental como um objeto de estudo sociológico, desde sua fundação em meados da década de 70 até muito recentemente, em meados dos anos 90. Não pretendemos discutir aqui as causas da existência desse longo período de ausência da educação ambiental no espectro temático da sociologia ambiental, mas apresentar dois argumentos que justificam a importância da sociologia ambiental assumir essa tarefa. Assim,

evidenciamos que não apenas é possível como também desejável que a educação ambiental seja definitivamente considerada um importante objeto de estudo científico da sociologia ambiental. Postulamos que somente assim será possível superar o caráter ingênuo que se cristalizou na educação ambiental, para que ela possa abrigar em sua meta não apenas a mudança ambiental, mas também a social.

### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ÁREA TEMÁTICA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL**

A segunda metade da década de 70 demarca o período em que se constitui a sociologia ambiental, particularmente nos EUA, como uma nova ramificação da sociologia que trata especificamente das mútuas relações estabelecidas entre as sociedades humanas e seu ambiente natural e antrópico, frente à eclosão da crise ambiental: a interface entre sociedade e natureza se constitui no objeto por excelência da sociologia ambiental. Dunlap & Catton (1979) entendem que, entre outros momentos históricos, foi a partir de 1973, quando o conselho da *American Sociological Association* autorizou a formação de um comitê para desenvolver linhas de pesquisa para a contribuição sociológica aos estudos de impacto ambiental – que futuramente derivou na Seção de Sociologia Ambiental da *American Sociological Association* –, quando se desenvolveram os primeiros estudos considerados de sociologia ambiental. Dunlap (1997) esclarece ainda que apesar da longa tradição norte-americana, apenas na década de 90 é que a sociologia ambiental realmente se dissemina e se institucionaliza em âmbito mundial.

Mas se é verdade que a sociologia foi surpreendida pela emergência da crise ambiental e reagiu tardiamente à ela em relação a outras áreas de conhecimento, em especial as ciências naturais, também é verdade que desde o início da sua constituição, houve uma preocupação entre seus fundadores em sistematizar seu campo teórico e conceitual e em delimitar a amplitude do espectro de sua abrangência temática.

Porém, a despeito dessa preocupação, algumas evidências sugerem haver uma notável ausência temática na sociologia ambiental: a educação ambiental. Os indícios apontam para a existência de uma significativa lacuna científica difícil de se compreender o motivo, pois a educação ambiental já era uma prática pedagógica de grande visibilidade desde meados da década de 70, e porquê não dizer, repleta de questões desafiadoras. Apesar disso, a educação ambiental se tornou um fenômeno social que passou incólume e despercebido a ponto de ter sido sistematicamente ignorado por quase vinte anos de existência da sociologia ambiental. Abandonada à sua própria sorte, a ausência de uma reflexão

sociológica sobre a educação ambiental tem se configurado como um severo fator limitador de seu refinamento conceitual, caracterizando assim, um triste empobrecimento teórico dessa prática educativa.

Desde a metade dos anos 60 já se ouve falar da educação ambiental como a contribuição da Educação face à crise ambiental. Precisamente em março de 1965, a Conferência em Educação realizada na Universidade de Keele na Grã-Bretanha, pronuncia-se pela primeira vez o termo 'educação ambiental'. Inaugura-se aqui uma trajetória de crescente interesse entre aqueles preocupados com a conversão de comportamentos e valores sociais anti-sustentabilistas para sustentabilistas. E apenas onze anos depois foi criada a primeira organização social reunindo educadores ambientais, *The International Society for Environmental Education*, com sede em Ohio, EUA.

Ainda antes do período da constituição formal da sociologia ambiental em meados da década de 70, tendo em vista a alta expectativa depositada na Educação como a solução de problemas dessa envergadura, a educação ambiental já era um fenômeno social de significativa preocupação internacional, aglutinada pelas Nações Unidas na UNESCO e no PNUMA, entre aqueles que buscavam meios para enfrentar a crise ambiental pela educação. Assim, as bases da educação ambiental foram lançadas e amplamente divulgadas desde a década de 70:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada em 1972, em sua Recomendação nº 96 já mencionava a necessidade de se considerar a educação ambiental como um elemento crítico para o enfrentamento da crise ambiental e em vista disso, sugeriu o estabelecimento de um Programa Internacional de Educação Ambiental, que é criado três anos depois. Em 1974 é realizado, com o apoio da UNESCO, o Congresso de Educação Ambiental em Jammi, na Finlândia, onde se reconheceu o caráter permanente da educação ambiental.

Em 1975 a UNESCO promoveu o Congresso Internacional de Belgrado, que estabeleceu as metas e princípios da educação ambiental. Dois anos depois, é realizada a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, conhecida como a Conferência de Tbilisi, organizada pela UNESCO em colaboração com o PNUMA, considerada o principal marco da educação ambiental, por ter estabelecido os princípios norteadores, objetivos e estratégias dessa prática pedagógica (Dias, 1992; Medina, 1997).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio'92, apresenta dois importantes documentos com menção explícita à educação ambiental: a Agenda 21 (Brasil, 1996) que trata da temática no Capítulo 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento) e o Tratado das ONGs (La Rovère & Vieira, 1992), que aborda a temática no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Em 1998, na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, promovida novamente pela UNESCO, em Thessaloniki, na Grécia, afirma-se que a educação ambiental, assim como a legislação, tecnologia e economia, seria um dos pilares da sustentabilidade. E, intercalado a esses eventos de caráter internacional, inúmeros seminários regionais apoiados também pela UNESCO/PNUMA não só capilarizaram os princípios da educação ambiental, como também estabeleceram as peculiaridades locais ou regionais que afetariam a dinâmica dessa prática pedagógica, conferindo, evidentemente, forte visibilidade a essa prática pedagógica voltada às questões ambientais.

Apesar de toda importância e visibilidade internacional que a educação ambiental foi adquirindo a partir da década de 70, legitimada pelas Nações Unidas, a sociologia ambiental, desde suas origens não a incorporou nem mesmo de modo periférico como um objeto de estudo que pudesse ser considerado um tema de debate científico na comunidade da sociologia ambiental. Parece que toda a confiança que as Nações Unidas depositam na educação ambiental frente ao seu papel no enfrentamento da crise ambiental, não encontra ressonância entre os sociólogos ambientais. Os dois textos fundantes da sociologia ambiental (Catton & Dunlap, 1978; Buttel, 1978); os textos acadêmicos dos principais expoentes da sociologia ambiental em âmbito internacional que procuraram avaliar periodicamente o estado da arte dessa ramificação do saber sociológico, como Dunlap & Catton (1979), Buttel (1987), Dunlap (1997), Pardo (1998); os recentes manuais e livros sobre sociologia ambiental que discutem tanto o enquadramento teórico-conceitual como a amplitude temática abarcada por essa vertente disciplinar, a exemplo de Dickens (1992), Redclift & Benton (1994), Martell (1994)<sup>1</sup>, Hannigan (1995), Sempere & Riechmann (s/d), Bell (1998), Barry (1999), Irwin (2001) entre outros, não fazem qualquer menção à existência da educação ambiental como um fenômeno social decorrente da crise ambiental, que se localiza na interface da Sociedade, Educação e Natureza.

O único trabalho da sociologia ambiental que aborda explicitamente a educação ambiental, é o de Luhmann (1989). Mas parece que não bastou o sociólogo afirmar entre seus pares, inicialmente em alemão em 1986 e depois em inglês em 1989, que a educação, no contexto de uma crise ambiental, é uma fonte de grande esperança para o futuro, pois ela representa o locus propício para que a sociedade possa se reencontrar com a natureza, desenvolvendo valores e comportamentos ambientalmente corretos. A mensagem parece não ter sido convincente.

---

<sup>1</sup> Luke Martell configura-se como uma exceção à regra, pois ele aborda de modo tangencial a educação ambiental, embora muito superficialmente.

Por outro lado, é possível assistir à emergência de preocupações sociológicas sobre a educação ambiental como um objeto de investigação científica, embora fora do círculo sociológico, a partir do início da década de 90: os educadores Orr (1992), Smith (1992) e Gough (1997) procuram discutir como a crise ambiental afeta a educação e como essa está sendo modificada para dar conta de suas atribuições face aos problemas ambientais. É a educação ambiental buscando estabelecer o diálogo com a sociologia.

Entretanto, a possibilidade de se incorporar a educação ambiental como um objeto de investigação científica pela sociologia ambiental, ou seja, a sociologia buscando construir o diálogo com a educação ambiental, esteve muito próxima de se concretizar: muitos dos estudos iniciais na sociologia ambiental, segundo Dunlap & Catton (1979) e Buttel (1987) por exemplo, estavam voltados à identificação dos valores e comportamentos da opinião pública diante de problemas ambientais e à determinação das variáveis sociais capazes de influenciar essa mudança. Mas, surpreendentemente, não há registro de que tais estudos procuraram estabelecer relações de causalidade onde também a educação ambiental fosse considerada um fator de influência nas mudanças de valores e comportamentos face aos problemas ambientais.

Pardo chega inclusive à seguinte constatação: “Depois de muitos anos de investigação sobre valores e atitudes ambientais, continuamos sem saber as formas pelas quais os atores (re)produzem os diversos (e às vezes contraditórios) significados da natureza e do meio ambiente nas diferentes esferas de sua vida diária.” (Pardo, 1998: 346). A implícita conexão que poderia colocar a educação ambiental em evidência na sociologia ambiental, permanece omissa. Ao que parece, essa que poderia ser uma razoável ‘via de aproximação’ da sociologia ambiental para a educação ambiental, não foi aproveitada.

Enfim, apesar dessa implícita conexão, a educação ambiental ficou à margem das reflexões sociológicas, e por causa disso, perdeu-se uma boa oportunidade de avaliar a eficácia global da educação ambiental enquanto uma variável que investe precisamente na mudança de valores e atitudes face à crise ambiental.

A julgar pela importância dada pela ONU como um organismo internacional que empreendeu volumosos esforços para estruturar e disseminar as bases da educação ambiental ao redor do mundo, não parece haver razões convincentes para ela não ter sido considerada uma área temática coberta pela sociologia ambiental desde seus primórdios. É de difícil compreensão que a educação ambiental tenha sido um tema historicamente ausente na sociologia ambiental. Fato esse de grande curiosidade, se for considerado que a sociologia da educação constitui-se numa das vertentes sociológicas de maior peso histórico e densidade teórica desde os primórdios da sociologia; que poderia, no decurso da formação de

uma sociologia ambiental, ter fornecido um ponto de convergência a partir desse esquecido objeto de estudo, a educação ambiental.

### **Educação ambiental e sociologia ambiental no Brasil**

Nesse levantamento preliminar a respeito da inclusão da educação ambiental como um objeto de análise da sociologia ambiental, algumas evidências indicam que essa ausência verificada em âmbito internacional também se reproduz no Brasil, a despeito de sua grande visibilidade adquirida no país.

No âmbito legislativo, desde 1981, quando se instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (Brasil, 1981), já se reconhecia a necessidade de se inserir a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino, evidenciando a capilaridade que se desejava imprimir a essa prática pedagógica no tecido social brasileiro. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) reforça essa tendência para que finalmente, em 1999, a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 1999), afirme que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Na esfera executiva, os anos 90 testemunham várias iniciativas governamentais que se constituem como momentos que ensejam a coordenação de ações e programas relativos à educação ambiental em âmbito nacional. Em 1991 são criadas a Coordenação de Educação Ambiental do MEC e a Divisão de Educação Ambiental do IBAMA; em 1994 a presidência da república cria o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), tendo como órgãos executores o MEC e o MMA/IBAMA, em parceria com o MCT e MINC; em 1996 é criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MMA. Em 1997, ainda como uma grande diretriz política de forte influência que relaciona a dimensão ambiental na educação, é a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997), cuja característica foi ressaltar a necessidade da educação ambiental ser praticada transversalmente ao currículo. Com vistas à ordenação das informações existentes na área, foi criado em janeiro de 2002 o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA), coordenado pelo MMA em parceria com instituições de ensino, organizações não governamentais e redes de educação ambiental.

Quanto à formação de recursos humanos para atuar como educadores ambientais ou como pesquisadores sobre educação ambiental, o levantamento preliminar realizado pelos proponentes da criação do recente Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)<sup>2</sup>, aprovado na assembléia da 25<sup>a</sup> Reunião Anual da entidade, concluiu que o país já dispõe de uma estrutura consolidada e abrangente, envolvendo um expressivo número de universidades localizadas em vários Estados. Seja com disciplinas de educação ambiental em cursos de graduação; seja com cursos de atualização, especialização, mestrado e doutorado que possuem linhas de pesquisa focando a educação ambiental. O levantamento inicial permitiu que se registrasse pelo menos dez cursos de especialização em educação ambiental, pelo menos vinte e um programas de pós-graduação em educação, sendo quatro deles com doutorado, que enfocam a educação ambiental, quinze grupos e núcleos sobre essa temática, dezesseis linhas de pesquisa em educação ambiental, e particularmente, um programa de mestrado especificamente voltado à educação ambiental, na Fundação Universidade Federal do Rio Grande, reconhecido pela CAPES e com sete anos de existência. A pesquisa ainda em curso “Fundamentos pedagógicos e políticos da produção brasileira em educação ambiental”, de autoria de Marcos Reigota, indica que a produção de conhecimento sobre a educação ambiental conta atualmente com duzentas dissertações de mestrado defendidas desde 1984 e com quarenta teses de doutorado defendidas desde 1990, evidenciando o volume de conhecimento gerado na área.

Inúmeros encontros regionais e nacionais são realizados a cada ano, desde o pioneiro evento, o “1º Encontro Nacional de Educação para o Meio Ambiente”, realizado em outubro de 1988 no Rio de Janeiro, organizado pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Para se ter uma idéia do volume de participantes em tais eventos, o I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em setembro de 2002 em Erechim/RS, reuniu cerca de mil e quinhentas pessoas.

Ao mesmo tempo, o país assiste nos anos 90 algumas iniciativas de organização social em torno da temática: em 1992 é criada a Rede Brasileira de Educação Ambiental, articulando educadores ambientais de todo o país num modelo de organização social horizontal, a partir da qual inúmeras diversas outras experiências de redes locais e regionais, bem como de listas de discussão na Internet, consolidaram-se. Além disso, em julho de 1999 inicia-se um movimento para a criação da Sociedade de Educação Ambiental do Brasil, mas que sofreu um expressivo influxo na estruturação da entidade.

Mas mesmo com toda essa efervescente dinâmica e visibilidade da educação ambiental no país, adquirida sobretudo a partir dos anos 90, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) por exemplo, nunca recebeu um trabalho que abordasse a educação ambiental, apesar de ter abrigado um Grupo de Trabalho sobre Ambiente e Sociedade. Apenas

---

<sup>2</sup> Agradeço aos colegas do GE-EA/ANPEd pelo levantamento e sistematização das informações sobre os cursos de formação profissional em educação ambiental.

recentemente, com a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), em seu I Encontro realizado em 2002, uma seção foi especialmente criada para discutir os trabalhos voltados à temática.

Desprezada por uns, amada por outros. A despeito da pouca importância da educação ambiental para a sociologia ambiental, Crespo *et al* (1998) atestam que tanto a opinião pública brasileira como as lideranças do ambientalismo no país, concorda que a educação ambiental seja a grande chave para a transformação da mentalidade dos brasileiros em relação à problemática ambiental. Parece que a confiança que a população e as lideranças ambientalistas brasileiras depositam na educação ambiental, não ecoa na comunidade da sociologia ambiental.

É possível traçar uma genealogia da aproximação da educação ambiental à sociologia no Brasil<sup>3</sup> como uma via de mão dupla, que data de meados da década de 80: os pioneiros trabalhos de Isabel Carvalho, Marcos Sorrentino, Marcos Reigota, Regina Leite Garcia, entre outros, procuraram articular a educação ambiental com conceitos sociológicos, com o intuito de abandonar o reducionismo biológico que cristalizou-se nessa prática educativa. O foco estava na articulação da educação ambiental com a cidadania, democracia, participação, autonomia, justiça social, expressões pouco usuais para um modelo de educação ambiental historicamente confundido como ensino de ecologia. Contudo, nenhum desses estudos que buscaram apoio na sociologia eram provenientes da sociologia. Além disso, suas contribuições não alcançaram o status de debate científico que assumisse ares de centralidade no meio acadêmico voltado às questões ambientais.

Apenas a partir de meados dos anos 90 é que finalmente a sociologia se aproxima da educação ambiental: o sociólogo Pedro Jacobi possivelmente empreendeu os primeiros estudos eminentemente sociológicos da educação ambiental, seguido pelo sociólogo Gustavo Lima (1999). Outro estudo com característica semelhante, articulando a sociologia com a educação ambiental (embora dificilmente possa ser considerado um estudo de sociologia ambiental) data de 2000. Nele, o sociólogo Nelson Mello e Souza (2000) diagnostica justamente a carência de produção teórica nessa área de ação pedagógica, cujo resultado é a sua fraqueza conceitual no projeto da transformação social, e conclui que seria necessário equipar sociologicamente a educação ambiental. Os dados preliminares revelam que a sociologia ambiental brasileira tem dado atenção à educação ambiental como um objeto de estudo apenas a partir do final dos anos 90.

## **AS DUAS FACES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

## **Educação ambiental e mudança ambiental**

A educação ambiental envolve um elemento a mais na relação Sociedade e Natureza, o objeto por excelência da sociologia ambiental: a Educação. Portanto, uma leitura sociológica da educação ambiental resulta necessariamente num aumento de complexidade científica por causa da inclusão da nova variável na equação. A questão central reside na determinação das relações estabelecidas entre a educação ambiental e a mudança ambiental (reversão do quadro de degradação ambiental). Aqui, interessa conhecer quais são os elementos da crise ambiental que influenciam o redirecionamento da Educação; de que modo a dinâmica educativa reage aos efeitos dos constrangimentos ambientais para tornar a Educação agora adjetivada de “ambiental”; e finalmente, em que medida essa Educação “ambiental” é capaz de promover uma mudança de valores e comportamentos ambientalmente corretos. Ou seja, importa saber essencialmente como os problemas ambientais aparecem ou são construídos pelos educadores, como a Educação é transformada em consequência da crise ambiental, e como a sociedade se transforma em consequência da educação ambiental.

Nesse sentido, a educação ambiental aparece como um fenômeno social que, mais do que representar a porta-voz das ideologias ambientalistas, constitui-se na instância dinamizadora e potencializadora capaz de acelerar o processo de disseminação do pensamento ecológico no tecido social e promover a conversão para uma sociedade sustentável. Essa constatação evidencia a importância que a educação ambiental adquire, pois muito do destino futuro das relações entre a sociedade e a natureza, passa pelo crivo da educação e seus respectivos modelos político-pedagógicos em constante disputa ideológica.

Nessa perspectiva da mudança ambiental, algumas questões secundárias despontam desafiando a sociologia ambiental: afinal, quais são as relações estabelecidas entre a educação ambiental e o movimento ambientalista? A educação ambiental dialoga em igualdade de condições com o ambientalismo; representa apenas a porta-voz dos movimentos ecológicos; ou ainda, é completamente autônoma? O arcabouço teórico conceitual da educação ambiental é semelhante ou divergente do que está contido no movimento ambientalista? Como a educação ambiental reage às mudanças de fases e contextos do ambientalismo em sua expansão pelo tecido social? Como se articula com as correntes de idéias político-ideológicas e filosóficas do ambientalismo?

## **Educação ambiental e mudança social**

---

<sup>3</sup> Embora esse não seja nosso intuito nesse momento.

Mas se a educação ambiental localiza-se na interface da Sociedade, Educação e Natureza, ela necessariamente se relaciona com uma outra questão simultânea à mudança ambiental: a mudança social (reversão do quadro de injustiça social). Até porque a educação ambiental, antes de tudo, é Educação. E nesse sentido, mais importante do que reconhecer a complexidade temática da sociologia ambiental para analisar a educação ambiental, é o reconhecimento de que, ao lidar com a educação ambiental como objeto de estudo, necessariamente estamos abordando centralmente um dos principais instrumentos de reprodução social nas sociedades modernas.

Afinal, da mesma forma que o meio ambiente, através da legislação ambiental e do mercado verde, pode ser usado como barreira alfandegária não tarifária para impedir determinadas relações comerciais, evidenciando a existência de assimétricas relações de poder no mercado; a educação ambiental também pode ser usada como um mecanismo de reprodução das condições sociais, evidenciando a existência de assimétricas relações de poder que em última instância ilustram a existência de interesses político-ideológicos que até aceitam a mudança ambiental, mas impedem que se realize a mudança social. A esse respeito, Pardo (1998) tece um ilustrativo comentário:

*“Outra conclusão se refere à escassa atenção prestada ao meio ambiente como instrumento de controle social. De fato, os sociólogos ambientalistas em grande medida vêem a crise ambiental como uma oportunidade de mudança social em um sentido mais ecológico e mais consciente, mais reflexivo, inclusive mais democrático. Mas essa crise ambiental também está sendo utilizada para um maior controle social em diversos campos. Na economia, por exemplo, a questão do meio ambiente está funcionando como um fator importante de competitividade econômica, que tem sua expressão na competição entre países, ou entre empresas. No controle da mobilização social isso apresenta muitos e variados exemplos: meio ambiente versus emprego, meio ambiente como fator de uma construção social da identidade cultural...” (p. 363)*

Aqui, interessa conhecer quais são as “decorrências” para a reprodução social provocadas pela relação entre a educação ambiental e a mudança ambiental. Importa saber quais são as relações estabelecidas entre a educação ambiental e a sociedade: ao se promover a criação de uma “consciência ecológica” como a principal meta da educação ambiental, no sentido do estabelecimento de uma nova cultura na interação humana com a natureza, quais são os “efeitos” que se rebatem nas relações sociais? Ou seja, as táticas de promoção da consciência ecológica estão ao mesmo tempo reproduzindo ou transformando as relações sociais? Na medida em que algumas práticas pedagógicas voltadas ao meio ambiente envolvem questões derivadas da sociedade de risco, que naturalmente privilegiam posições tecnocráticas, estão ao mesmo tempo fortalecendo valores democráticos ou autoritários?

Já observamos em outra oportunidade (Layrargues, 2000) que a educação ambiental, assim como a Educação, é um instrumento ideológico de reprodução social, que dependendo da conformação das forças sociais em disputa pela significação da educação ambiental, pode se dar na direção da conservação ou transformação social, dependendo das práticas desenvolvidas. A metodologia da resolução de problemas ambientais por exemplo, a consagrada pela UNESCO (1985) como a mais adequada para gerar comportamentos ativos nos educandos, pode ocorrer segundo duas concepções: uma como um tema-gerador que questiona as relações de causalidade do problema ambiental abordado, outra, como uma atividade-fim que visa apenas a solução pedagógica do problema ambiental abordado. Enquanto é possível para a primeira articular-se com a transformação social, o pragmatismo da segunda vertente resulta numa atitude reformista que resulta na reprodução social.

O mesmo padrão de reprodução das condições sociais pode ser identificado nas práticas pedagógicas referentes à Pedagogia dos 3Rs (Layrargues, 2002): observamos que os números da reciclagem no país indicam que a educação ambiental praticada com a reciclagem de latas de alumínio, como uma atividade fim da metodologia da resolução de problemas ambientais, por intermédio do Projeto Escola da Latasa apresentam correlação com a concentração de renda na indústria da reciclagem e exclusão social dos catadores e sucateiros.

Finalmente, ainda no que diz respeito à relação entre a educação ambiental e a mudança social, chama atenção um fato paradigmático presente no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, aprovado em 1992 no Fórum Global: o Princípio nº 4, que textualmente afirma ser a educação ambiental um ato político, baseado em valores para a transformação social. No documento, reconhece-se a necessidade da educação ambiental não ficar reduzida à relação com a mudança ambiental, mas abrir-se para a mudança social, defendendo uma posição absolutamente clara, no sentido da busca pela justiça social articulada com a proteção da natureza: em outras palavras, a busca de uma sociedade ecologicamente equilibrada e socialmente justa. Além dessa demarcação ideológica, outro grande mérito do Tratado foi ter rompido com o dualismo entre a mudança ambiental e a mudança social como meta da educação ambiental. Ele reúne aquilo que nunca deveria ter sido separado.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse ensaio não procurou responder aos intrigantes questionamentos a respeito do motivos do distanciamento da sociologia face à educação ambiental. Ao contrário, objetivou apenas evidenciar a necessidade de se preencher essa lacuna científica, e nesse sentido, constitui-se num chamamento para

tornar a educação ambiental um tema presente no âmbito da sociologia ambiental, pois ao que tudo indica, o caráter militante (e ingênuo) da educação ambiental ainda é predominante em relação à produção intelectual que a transforma em objeto de análise, salvo raras e recentes exceções. A importância disso é clara e estratégica, pois o entendimento da educação ambiental como um objeto de estudo sociológico poderá fornecer como futuros resultados, não apenas um diagnóstico preciso e consistente do que é hoje a educação ambiental pensada e praticada no Brasil, mas sobretudo, poderá indicar rumos mais nítidos e coerentes para a função social que se deseja dar a essa prática pedagógica. Resta ainda, evidentemente, discutir o(s) motivo(s) da resistência da sociologia ambiental em incorporar a educação ambiental como um tema de análise. Saber o porquê dessa omissão, é algo que merece uma investigação.

A relação entre educação ambiental e sociologia ambiental parece obedecer a uma lógica de contato como uma via de mão dupla, onde os dois pólos empreendem movimentos de aproximação um ao outro, embora não simultaneamente, mas em momentos diferenciados: a educação ambiental tomou a iniciativa de construir o diálogo com a sociologia ambiental, para depois esta responder positivamente ao convite do diálogo. Poderia ter sido diferente, talvez, se a sociologia ambiental tivesse aproveitado a oportunidade do estudo a respeito dos condicionantes dos valores e atitudes face à crise ambiental, presente desde suas origens, como uma via de inserção da educação ambiental em sua temática de investigação.

Se a sociologia ambiental brasileira estiver dando seus primeiros passos para a sua institucionalização no Brasil, é possível – e futuros estudos precisam confirmar essa hipótese – que ela tenha incorporado a educação ambiental em seu campo de investigação após um período razoavelmente curto, ao contrário dos EUA, que demoraram por volta de vinte anos para estabelecer esse diálogo. Confirmada essa possibilidade, há que se refletir sobre os motivos que levaram à sociologia ambiental brasileira a preocupar-se com o estudo da educação ambiental precocemente, em comparação com o caráter tardio dos EUA: conhecemos a importância da educação ambiental para a mudança ambiental, sabemos claramente da função ideológica da educação ambiental para a mudança social, ou temos consciência de que a educação ambiental precisaria romper esse dualismo e conjugar tanto a mudança ambiental como a social como meta da educação relativa ao meio ambiente?

A sociologia ambiental terá muito a oferecer incorporando a educação ambiental em seu campo de investigação, por dois motivos: primeiro, para avaliar a relação entre a educação ambiental e a mudança ambiental, onde entende-se a educação como a maior fonte de esperança e o locus mais apropriado para a sociedade moderna reencontrar-se com a natureza; e segundo, para avaliar a relação

entre a educação ambiental e a mudança social, onde entende-se a educação como um dos mais expressivos instrumentos ideológicos de reprodução social. Por mais que a meta da educação ambiental seja contribuir para a mudança ambiental, ela permanece sendo Educação, e nesse sentido, ainda é objeto de disputas ideológicas que visam manter ou alterar as condições sociais. Se a sociologia ambiental já se furtou desse importante papel analítico por um longo período, é chegada a hora de assumir sua responsabilidade. Afinal de contas, a avaliação global da eficácia da educação ambiental depende eminentemente da leitura sociológica sobre esse fenômeno social.

### Referências bibliográficas

- Barry, J. *Environment and social theory*. London: Routledge. 1999.
- Bell, M.M. *An invitation to environmental sociology*. London: Pine Forge Press. 1998.
- Brasil. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial, 2 de setembro de 1981.
- \_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial, 5 de outubro de 1988.
- \_\_\_\_\_. *Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde*. Brasília: MEC/SEF. 1997.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 9.796, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial, 28 de abril de 1999.
- Buttel, F.H. Environmental sociology: a new paradigm? *The American Sociologist*, 13(4):252-256. 1978.
- \_\_\_\_\_. New directions in environmental sociology. *Ann. Rev. Sociol.* 13:465-488. 1987.
- Catton, W.R. & Dunlap, R.E. Environmental sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, 13(1):41-49. 1978.
- Crespo, S. *et al. O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MAST/ISER/MMA/MCT. 1998.
- Dias, G.F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia. 1992.
- Dickens, P. *Society and nature: towards a green social theory*. Philadelphia: Temple University Press. 1992.
- Dunlap, R.E. & Catton, W.R. Environmental sociology. *Ann. Rev. Sociol.* 5:243-273. 1979.

- Dunlap, R.E. The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American experience. In: Redclift, M. & Woodgate, G. (Eds.) *The international handbook of environmental sociology*. Cheltenham: Edward Elgar. 1997. p. 21-39.
- Gough, A. *Education and the environment: policy, trends and the problems of marginalisation*. Melbourne: The Australian Council for Educational Research. 1997.
- Hannigan, J. *Environmental sociology: a social constructionist perspective*. London: Routledge. 1995.
- Irwin, A. *Sociology and environment: a critical introduction to society, nature and knowledge*. Cambridge: Polity Press. 2001.
- La Rovère, A.L. & Vieira, L. (Orgs.) *Tratado das ONGs aprovados no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1992.
- Layrargues, P.P. Solving local environmental problems in environmental education: a brazilian case study. *Environmental Education Research*, 6(2):167-178. 2000.
- \_\_\_\_\_. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: Loureiro, C.F.B., Layrargues, P.P. & Castro, R.S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez. 2002. p. 179-219.
- Lima, G. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. *Ambiente e Sociedade*, 2(5):135-153.1999.
- Luhmann, N. *Ecological communication*. Chicago: The University of Chicago Press. 1989.
- Martell, L. *Ecology and society: an introduction*. Cambridge: Polity Press. 1994.
- Medina, N.M. Breve histórico da educação ambiental. In: Padua, S.M. & Tabanez, M.F. (Orgs.) *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: IPÊ. 1997. p. 257-269.
- Orr, D.W. *Ecological literacy: education and the transition to a postmodern world*. Albany: State University of New York Press. 1992.
- Pardo, M. Sociología y medio ambiente: estado de la cuestión. *Revista Internacional de Sociología*, 19/20:329-367. 1998.
- Redclift, M. & Benton, T. (Eds.) *Social theory and the environment*. London: Routledge. 1994.
- Sempere, J. & Riechmann, J. *Sociología y medio ambiente*. Madrid: Editorial Síntesis. S/d.
- Smith, G.A. *Education and the environment: learning to live with limits*. Albany: state University of New York Press. 1992.
- Souza, N.M. *Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea*. Rio de Janeiro: Thex Editora. 2000.

UNESCO. *Educación ambiental: hacia una pedagogía basada en la resolución de problemas*. París:

ONU. 1985.